

## REFORMA TRIBUTÁRIA

## Mais um setor pede para entrar na lista de exceção

Texto atual exclui aluguel de equipamentos médicos de isenção ou redução de IVA

» RAPHAEL PATI

Um termo utilizado no texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024 pode gerar problemas graves para hospitais e clínicas de todo o Brasil, em especial, as santas casas de misericórdia e os filantrópicos. Esse é o alerta do setor de fabricação e aluguel de dispositivos médicos e outras entidades relacionadas à saúde, que argumentam que, com a manutenção do texto atual, a carga tributária sobre a locação desses equipamentos poderia mais que dobrar a partir de 2026, quando está previsto o início da fase de transição para o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) dual no país.

"Existe um texto, hoje, que está sendo discutido, que beneficia a venda frente à locação deste equipamento. Em nosso entender, a locação é um meio bastante benéfico de acesso aos equipamentos médicos, principalmente de diagnóstico por imagem, manutenção da vida, para hospitais, santas casas e entidades públicas e privadas", avalia o presidente da Associação Brasileira das Locadoras de Equipamentos Médicos (Ablem), Luiz Eduardo Eugênio.

A palavra em questão, que tem gerado preocupação para o setor, aparece duas vezes no PLP 68. Nos artigos 126 e 139, que tratam sobre a redução e a isenção, respectivamente, das alíquotas de IVA que vão incidir sobre dispositivos médicos. O texto especifica que apenas a "venda" desses equipamentos será a beneficiada com a nova regra. O objetivo do setor é alterar o termo no projeto para "fornecimento", que incluiria a locação.

De acordo com estudo realizado pela Tendências Consultoria, encomendado pela Ablem, a carga tributária efetiva para o aluguel de equipamentos médicos é, atualmente, de 8,34%, considerando a incidência de PIS e Cofins, da regra vigente. Sem redução ou isenção do IVA, essa taxa pode subir para 20,95%, o que representa um aumento de 11,37 pontos percentuais. A pesquisa considera uma alíquota padrão

Mariana-Raphael-Saúde-DF



Segundo o setor, se texto não for modificado, aluguel de equipamentos, como mamógrafo, ficará mais caro



**A redação atual privilegia as operações de vendas, excluindo as de locações, o que poderá gerar um aumento de litígios judiciais, uma vez que haja argumentos jurídicos sólidos para alegar inconstitucionalidade"**

**Maísa Pio, advogada tributarista**

estimada de 26,5%, que ainda não foi definida pelo Congresso Nacional.

O mesmo levantamento indica que, caso o texto seja alterado, para incluir o termo "fornecimento", a perda de arrecadação seria muito baixa. Para os produtos com alíquota reduzida (para 60%), a redução seria de 0,002%, enquanto para os itens que teriam alíquota zero, a perda seria de 0,005%.

O representante da Ablem, Ricardo Fiúza Neto, ressalta que a locação é um meio menos custoso para hospitais e clínicas obterem equipamentos mais caros, além de outras vantagens. "Quando uma máquina, ou um equipamento, como raio-X ou mamógrafo, é objeto de contrato de locação, o locador é quem faz a manutenção do equipamento, aumentando a vida útil do equipamento. Mas ele ainda tem outro ganho, que é a questão do ganho ambiental. A alocação só traz benefício", sustenta Fiúza Neto.

Na avaliação da advogada tributarista e sócia da Delgado & Pio Advogados, Maísa Pio, o texto atual gera uma "discrepância", ao conceder a redução tributária exclusivamente para a venda de dispositivos médicos, sem estender o benefício à locação desses dispositivos. Ela lembra que a distinção contraria o texto apresentado pela Emenda Constitucional 132, que instituiu a reforma.

"A redação atual privilegia as operações de vendas, excluindo as de locações, o que poderá gerar um aumento de litígios judiciais, uma vez que haja argumentos jurídicos sólidos para alegar inconstitucionalidade. Portanto, a substituição da palavra "venda" pela expressão "fornecimento" seria uma solução adequada, pois englobaria também as operações de vendas e locações, colocando fim às controvérsias sobre o tema e garantindo maior conformidade com a Emenda", avalia a advogada.

## Santas casas temem alta dos preços

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Para o senador Izalci, a CAE deve aprovação à redução da alíquota na locação de dispositivos médicos

Hospitais filantrópicos e santas casas de misericórdia podem ser os mais impactados com um aumento de carga tributária, caso o texto da reforma não seja modificado. De acordo com dados do Ministério da Saúde apresentados no ano passado, as santas casas recebem 61% das internações de alta complexidade no Sistema Único de Saúde (SUS).

Para o diretor-geral da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), Mário César Bernardes, o fluxo de caixa atual das instituições, que dependem de recursos próprios para se manterem, é um ponto de preocupação. "Ainda é um desafio grande, uma vez que o setor ainda vive um subfinanciamento do sistema com base de remuneração pela tabela SUS, apesar dos avanços que a gente vem colecionando em algumas frentes de trabalho", relata.

Além da inclusão da locação de equipamentos, as santas casas buscam outra mudança no texto atual da reforma. Com a proposta, que está na mesa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, a manutenção do crédito dos hospitais filantrópicos nas aquisições de insumos e de serviços de operações anteriores não seria mantida. Isso ocorre porque, com o princípio da não cumulatividade da reforma, que não permite a manutenção do

crédito, as entidades terão de arcar com resíduos tributários, que podem aumentar de 4,4%, atualmente, para 5,5%, com a nova regra.

"Isso impacta sobre a receita bruta dos hospitais — e não sobre custos. Então, é muito significativo. Isso é uma preocupação gigante do setor e, em especial, de um compromisso de governo, no sentido de que a reforma não visa aumentar a carga tributária das instituições, dos serviços e das indústrias, mas de equacionar um modelo para o outro, sem aumento", sustenta.

## Discussão

No último dia 4 de outubro, o governo federal retirou o pedido de urgência para o PLP 68. Com isso, os senadores devem ter mais tempo para analisar o texto atual, que vem da Câmara, e propor mudanças. Na próxima quarta-feira, a CAE dará continuidade às discussões sobre o projeto. Ao **Correio**, o senador Izalci Lucas (PL-DF), coordenador do grupo de trabalho que analisa a regulamentação da reforma, afirmou que não deve haver dificuldades em mudar o texto para incluir a locação

de dispositivos médicos.

"Os argumentos são muito fortes para mudar. Aí a gente vai colocar, no nosso trabalho, evidentemente, essa proposta de mudança", afirmou o senador, que ainda destacou: "É uma coisa tão óbvia, que eu acho que deveria ser mudado com muita facilidade. Mas a gente não sabe a cabeça do governo. Porque, às vezes, o governo quer votar e não quer nem discutir emenda. Realmente, eu acho horrível isso, mas, de qualquer forma, nós temos que estar preparados para isso", disse. (RP)

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## 2026 tende à direita

Com 77,6% dos votos na maioria das cidades brasileiras, elegendo prefeitos e vereadores numa proporção quase 3,5 vezes maior que os partidos de esquerda, escolhidos por apenas 22,4% do eleitorado, a direita tradicional do arco político foi a vencedora indiscutível das eleições municipais, e poderá crescer mais com o que virá dos municípios onde haverá 2º turno, especialmente em São Paulo.

Tal resultado deverá ter consequências para as eleições gerais em 2026, já que, por vários fatores, a vontade dos partidos de centro e de direita é deixar de ser coadjuvante de outros menos votados. É o que tem sido desde o fim da coligação entre PSDB e PFL (base do DEM, hoje União Brasil, do PSD e vários outros), além do MDB, para formar a sustentação no Congresso dos dois governos de FHC.

Apesar do dinheiro do Orçamento federal enviado aos municípios pelas emendas parlamentares favorecer candidatos mais conectados, o fato é que todos os partidos, do PSD e PL ao PT e PSB, foram contemplados. Mas os de centro, como PSD e MDB, e de direita, do PL de Bolsonaro ao Republicanos do governador Tarcísio de Freitas e PP de Arthur Lira, saíram-se melhor. E não somente por isso nem graças a Bolsonaro. Venceram porque o eleitor quis assim.

A dominância conservadora nas eleições sempre foi a regra, embora mais no Congresso e nas assembleias regionais que nos governos dos estados, municípios e federal. Assim foi desde a redemocratização.

A bagunça partidária se deve à decisão do STF em 2006 de declarar inconstitucional lei aprovada em 1995 instituindo a tal "cláusula de barreira". Ela reduzia a atuação parlamentar de partidos sem um percentual mínimo de votos. A decisão esdrúxula do STF (mais uma) facilitou a proliferação de partidos, a maioria sem nenhuma linha programática, criados para tirar proveito dos dinheiros públicos que custeiam a atividade partidária e as campanhas eleitorais.

Como o que excede o bom senso preocupa até os mais liberais, o Congresso aprovou outra restrição, mais branda, sem o STF meter o bedelho, e ela já produz efeitos. A expectativa é que em 2027 haja apenas sete a 11 partidos na Câmara. Os demais ou se fundem ou formam uma federação, como a que une PSDB e Cidadania, ou acabam. Isso será salutar para a democracia, além de afastar arrivistas.

## A deformação institucional

Boa parte da deformação institucional que trava o desenvolvimento e envelhece as bases produtivas do país vem do Congresso capturado por partidos sem projeto nacional além de influenciado por lobbies da burocracia federal e de grupos empresariais que fazem do poder de inserir emendas em leis, vulgo jabutis, a razão de seu sucesso.

Isso tem a ver com a baixa ou falta de convergência programática entre o governante eleito e os partidos majoritários. Começou com governante achando que poderia tirar proveito do fisiologismo dos partidos do tal centrão, sem ter de partilhar com eles as decisões de governo. Deu em escândalos. Bolsonaro fez o mesmo. Acabou tendo que entregar a execução orçamentária para o Congresso para não ser impichado devido à sua atuação medonha na pandemia.

Congresso para um lado e presidente da República para outro, com promessas feitas em sua campanha eleitoral sabendo não ter votos parlamentares para cumpri-las, esparramam-se no populismo fiscal e em prebendas tributárias, cujas sequelas são os déficits crônicos orçamentários, o endividamento crescente e os juros obscenos.

É nesse sentido que a sinalização das eleições municipais se une ao que começa a ser planejado para 2026. Se os partidos de centro foram bem votados, os de direita performaram sem ter que depender da liderança tóxica de Bolsonaro, o PT repetiu o resultado pífio de 2020 e a cláusula de barreira vai expurgar os menos votados, por que não ter candidato próprio para ser protagonista em 2026?

## Sarrafo democrático subiu

Na aritmética do voto, os partidos de centro e de direita foram escolhidos por 73,1 milhões de eleitores, representando mais de dois terços do total de 94,2 milhões de votos válidos. E são os seis primeiros na lista dos 10 partidos que conquistaram o maior número de prefeituras, pela ordem: PSD (888), MDB (865), PP (752), União Brasil (589), PL (523) e Republicanos (441).

Os partidos de esquerda tiveram 21,1 milhões de votos ou 22,4% do total entre os 10 mais votados no 1º turno. Em número de cidades, o PSB vem em 7º lugar (312 municípios), seguido do PSDB (276), PT (253) e PDT (151). Tirando-se o PSDB, que nem de centro-esquerda ainda é, o desempenho do bloco da esquerda foi constrangedor, em especial para o PT e a liderança de Lula. A equação de 26 é esta.

Lembro que a cláusula de barreira para acesso ao fundo eleitoral e espaço em rádio e TV está em vigor, sendo a presença municipal o alicerce para a eleição de deputados federais. Eles são a métrica da partilha desses dinheiros. Em 2026, para se habilitarem a essa dinheirama, os partidos terão de eleger, no mínimo, 13 deputados federais ou receber 2,5% dos votos para a Câmara. O sarrafo subiu.

## O caminho da superação

Em suma, como diz o sociólogo José de Souza Martins: "A revelação sociologicamente relevante da eleição [municipal] é a de que a esquerda tem dificuldade para atualizar sua compreensão dialética do que é o processo político no Brasil e do que é a relação entre práxis e realidade social, isto é, entre mudanças e transformações sociais e a consciência política que delas é necessário ter. Seu desafio é sair da mentalidade de 1960".

É entre as demandas por ascensão social que as classes de renda baixa já não vislumbram nos programas oficiais ou de percepção de insegurança pública que vai trafegar a política daqui em diante.

Dois vencedores das atuais eleições deverão estar atentos a tais sentimentos: Gilberto Kassab, presidente do PSD, que se tornou o maior partido municipalista, e o governador Tarcísio de Freitas, sobretudo se o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, se reeleger contra Guilherme Boulos, do PSOL, com apoio de Lula e do PT.

Falta a eles, tal como a Lula, um programa arrematador, capaz de superar a discussão insossa sobre as contas fiscais, ainda mais se puxadas por aumentos de impostos com carga tributária já recorde. O empresariado consciente pode romper essa letargia. A prática os ensinou o caminho da superação. Mas só a política pode resolver.